

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AA) MÁRCIO LUIS VIEIRA DE SOUZA

**O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL
NA GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA:
Atuação no Atlântico Sul a partir da ampliação
da plataforma continental brasileira**

Rio de Janeiro

2025

CC (AA) MÁRCIO LUIS VIEIRA DE SOUZA

**O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL
NA GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA:
Atuação no Atlântico Sul a partir da ampliação
da plataforma continental brasileira**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial
para a conclusão do Curso Superior.

Orientadora: 1Ten (RM2-T) Flávia
Rodrigues de Castro Magalhães

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à turma de Aprendizes-Marinheiros Mike-I da EAMES/1993 e aos Oficiais Auxiliares da Armada do CFO/2012, com quem compartilhei desafios, aprendizados e conquistas e que contribuíram para a minha trajetória profissional. A cada colega, minha sincera gratidão pelo apoio mútuo, pela motivação nos momentos difíceis e pela amizade que permanece firme, mesmo com o passar dos anos. Esta conquista é também reflexo do que vivemos e construímos juntos.

AGRADECIMENTOS

Início o agradecimento desta monografia a Deus, por conceder-me forças e sabedoria para vencer mais um desafio profissional, que, ao longo deste ano, demandou intensa dedicação, esforço contínuo e a renúncia de momentos preciosos com a família.

Agradeço à minha família, fonte inesgotável de amor e inspiração, que me apoia e motiva a perseguir os meus objetivos. Seu apoio foi fundamental para que eu pudesse me dedicar à conclusão desta etapa acadêmica, que contribuirá para o meu crescimento profissional e para o meu amadurecimento pessoal.

Meu reconhecimento também se estende ao amigo Prof. Dr. Pullig, cuja amizade e orientação técnica foram essenciais na elaboração deste trabalho.

Registro minha gratidão ao Ministro Alte Esq Viveiros, ao CMG (RM1) Henrique Martins, ao CF (T) Marcus Aurelio e a toda a equipe do Gabinete do Superior Tribunal Militar (STM). O apoio oferecido nesta fase de estudos voltados à capacitação na Marinha do Brasil foi decisivo para que eu pudesse alcançar o êxito desejado. Sem essa colaboração, o caminho teria sido mais difícil.

Agradeço, em especial, à minha orientadora 1T (RM2-T) Flávia Castro, pela paciência e orientação precisa, bem como aos educadores CMG (RM1-T) Chiara e SO-Refº Rodrigues, pelos ensinamentos e incentivo, todos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem objetivo de analisar o papel da Marinha do Brasil na geopolítica da América do Sul, com ênfase na sua atuação no Atlântico Sul, principalmente, a partir da ampliação da plataforma continental brasileira aprovada pela Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU), em março de 2025. A pesquisa evidenciará como a Marinha do Brasil, por meio de sua atuação estratégica e de sua presença nas águas disputadas do Atlântico Sul, contribui para consolidar o entorno estratégico do Brasil. Trabalhar-se-á com a hipótese de que a ampliação da plataforma continental brasileira, com o apoio estratégico da Marinha, fortalece a posição do Brasil na região, promovendo maior autonomia no controle dos recursos naturais e na dinâmica de poder. O objetivo geral será analisar o papel da Marinha do Brasil na estabilidade geopolítica da América do Sul. Os objetivos específicos serão: a) examinar a atuação da Marinha do Brasil na proteção da soberania nacional e na defesa das áreas marítimas, especialmente após a ampliação da plataforma continental aprovada pela ONU; b) analisar as implicações dessa expansão marítima na geopolítica da América do Sul; e c) demonstrar a importância da presença naval brasileira na promoção da segurança marítima e no fortalecimento da cooperação regional no Atlântico Sul. Quanto aos procedimentos metodológicos, no que diz respeito à natureza da pesquisa, será adotada uma abordagem qualitativa, a qual permitirá a adequada análise dos dados disponíveis. Em relação ao objeto da investigação, será utilizada a pesquisa bibliográfica. Quanto aos objetivos, optou-se por uma pesquisa descritiva e exploratória, a qual servirá de base para estudos futuros. Esses objetivos serão atendidos, na conclusão, ao confirmar o papel estratégico da Marinha do Brasil na proteção da soberania nacional e dos recursos estratégicos da Amazônia Azul. A pesquisa ressaltará que a ampliação da plataforma continental brasileira confere à Força Naval novos desafios e reforça a necessidade de constante modernização e de presença ativa no cenário internacional.

Palavras-chave: Atlântico Sul. Amazônia Azul. Entorno Estratégico. Defesa. Geopolítica.

ABSTRACT

The role of the Brazilian Navy in south American geopolitics: Operations in the South Atlantic following the expansion of the Brazilian continental shelf

This paper aims to analyze the role of the Brazilian Navy in the geopolitics of South America, with an emphasis on its activities in the South Atlantic, particularly since the expansion of the Brazilian continental shelf, approved by the United Nations Commission on the Limits of the Continental Shelf in March 2025. The research will highlight how the Brazilian Navy, through its strategic actions and presence in the disputed waters of the South Atlantic, contributes to consolidating Brazil's strategic environment. The hypothesis will be that the expansion of the Brazilian continental shelf, with the Navy's strategic support, strengthens Brazil's position in the region, promoting greater autonomy in the control of natural resources and power dynamics. The general objective will be to analyze the role of the Brazilian Navy in the geopolitical stability of South America. The specific objectives will be: a) to examine the Brazilian Navy's role in protecting national sovereignty and defending maritime areas, especially after the UN-approved expansion of the continental shelf; b) to analyze the implications of this maritime expansion for the geopolitics of South America; and c) demonstrate the importance of the Brazilian naval presence in promoting maritime security and strengthening regional cooperation in the South Atlantic. Regarding the methodological procedures, the research will adopt a qualitative approach, which will allow for the appropriate analysis of the available data. Regarding the research objective, bibliographic research will be used. Regarding the objectives, a descriptive and exploratory research approach was chosen, which will serve as a basis for future studies. These objectives will be met, in the conclusion, by confirming the strategic role of the Brazilian Navy in protecting national sovereignty and the strategic resources of the Blue Amazon. The research will highlight that the expansion of the Brazilian continental shelf presents the Naval Force with new challenges and reinforces the need for constant modernization and an active presence on the international stage.

Keywords: South Atlantic. Blue Amazon. Strategic Environment. Defense. Geopolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	—	Representação (ilustrativa) da Amazônia Azul original	40
FIGURA 2	—	Representação (ilustrativa) da Amazônia Azul atual.....	41
FIGURA 3	—	Representação gráfica (ilustrativa) do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	— Agência Brasileira de Inteligência
AEN	— Ações Estratégicas Navais
AJB	— Águas Jurisdicionais Brasileiras
ANP	— Agência Nacional do Petróleo
CIRM	— Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CLPC	— Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU
COMPAAz	— Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul
CNI	— Complexo Naval de Itaguaí
CNUDM	— Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
DGDNTM	— Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha
DGMM	— Diretoria-Geral do Material da Marinha
DHN	— Diretoria de Hidrografia e Navegação
EB	— Exército Brasileiro
END	— Estratégia Nacional de Defesa
FAB	— Força Aérea Brasileira
Ibama	— Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LBDN	— Livro Branco de Defesa Nacional
LCMs	— Linhas de Comunicação Marítima
LEPLAC	— Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MANSUP	— Míssil Antinavio de Superfície
MB	— Marinha do Brasil
MN	— Milhas Náuticas
MT	— Mar Territorial
OBNAV	— Objetivos Navais
ONU	— Organização das Nações Unidas
PEM	— Plano Estratégico da Marinha
PMN	— Política Marítima Nacional
PND	— Política Nacional de Defesa
PREPS	— Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite

Prosub	— Programa de Desenvolvimento de Submarinos
SIMMAP	— Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo
SisGAAz	— Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISTRAM	— Sistema de Informação sobre o Tráfego Marítimo
ZC	— Zona Contígua
ZEE	— Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	— Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NA PROTEÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL E NA DEFESA DAS ÁREAS MARÍTIMAS, ESPECIALMENTE DA AMAZÔNIA AZUL	13
2.1 BRASIL, UMA NAÇÃO COM VOCAÇÃO MARÍTIMA	13
2.2 ENTORNO ESTRATÉGICO E SOBERANIA.....	16
3 A EXPANSÃO MARÍTIMA BRASILEIRA E A PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL	20
3.1 EXPANSÃO MARÍTIMA BRASILEIRA	20
3.2 PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA.....	22
3.2.1 Síntese crítica	24
4 A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA NAVAL BRASILEIRA NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA MARÍTIMA E NO FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL	27
4.1 SEGURANÇA MARÍTIMA.....	27
4.2 COOPERAÇÃO REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL	30
5 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	40

1 INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil (MB) desempenha um papel importante na manutenção da estabilidade geopolítica da América do Sul. Há que se defender essa premissa por duas vertentes principais: a primeira está relacionada à importância da manutenção das linhas de comunicação marítima (LCMs), essenciais para o comércio e para a integração regional; a segunda, pelo caráter prospectivo da atuação naval, em razão da potencialidade e da pretensão de crescimento do País no cenário internacional, conforme Andrade *et al.* (2023, p. 260). A atuação em áreas estratégicas, como a plataforma continental, é fundamental para garantir a soberania, a segurança e a inserção do País na região, em cooperação na defesa coletiva na América do Sul e no Atlântico Sul.

A recente aprovação pela Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (CPLP/ONU), em março de 2025, da ampliação da plataforma continental brasileira, representa um marco para a política marítima nacional. Com isso, a MB assume um papel ainda mais relevante na construção de uma estratégia de defesa voltada à proteção dos recursos e à dissuasão de ameaças nesse novo espaço marítimo agora ampliado. A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) destacam a importância do Atlântico Sul em virtude das suas abundantes reservas de recursos naturais, como petróleo, gás e biodiversidade marinha, e, também, por ser uma importante zona de interesse geoeconômico e geopolítico para o Brasil e para os países da região.

O Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) orienta o planejamento naval, em médio e longo prazos, por meio de Objetivos Navais (OBNAV), com a finalidade de garantir presença efetiva e proteção do espaço marítimo sob jurisdição nacional. A partir desses objetivos, são elaboradas as Ações Estratégicas Navais (AEN), que contribuem para o cumprimento da missão da MB. Esses tópicos serão melhor apresentados adiante, quando veremos a sua importância para a defesa e o desenvolvimento do País, bem como para a preservação da Amazônia Azul.

Esse ambiente estratégico está inserido na região declarada pela Assembleia Geral da ONU como uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com a finalidade de promover a cooperação entre os países das duas margens do Atlântico Sul, em temas voltados para o ambiente marítimo, principalmente em relação à manutenção da paz regional. Apesar disso, a região continua exposta a uma série

de desafios, como crimes transnacionais, pesca ilegal, pirataria e poluição marítima, além da crescente presença de atores externos. Cabe à MB atuar de maneira eficiente para conter essas ameaças, mantendo a vigilância e assegurando a integridade dos espaços sob a jurisdição brasileira.

Nesse sentido, explorar e preservar a chamada Amazônia Azul (figura 1), bem como garantir a segurança das rotas marítimas do Atlântico Sul, continuará sendo prioridade. A Política Marítima Nacional (PMN), aprovada em 2 de junho de 2025, reitera a questão de colocar os assuntos marítimos na centralidade da estratégia nacional. Para tanto, é fundamental o fortalecimento das capacidades navais do país, com investimentos em tecnologia, pessoal e infraestrutura. A segurança marítima envolve a garantia de um tráfego aquaviário seguro, a proteção da vida humana no mar, o combate à poluição ambiental e o enfrentamento a ameaças de qualquer origem (Almeida, 2022).

É nesse cenário que esta monografia adquire relevância e atualidade. Ao analisar a atuação da MB na defesa da soberania nacional e no enfrentamento de ameaças transnacionais no Atlântico Sul, o presente estudo contribui para o debate sobre projeção de poder, segurança marítima e cooperação regional. A motivação para a realização deste trabalho surgiu do desejo de ressaltar a importância da MB na proteção dos interesses marítimos brasileiros, na soberania nacional e seu papel propulsor no desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, solidificando a posição do Brasil como agente marítimo de destaque no Atlântico Sul.

O trabalho está organizado em quatro seções. Após esta introdução, a segunda seção abordará a atuação da Força Naval na proteção da soberania nacional e na defesa das áreas marítimas, especialmente da Amazônia Azul. A terceira seção tratará dos efeitos da expansão marítima brasileira e da geopolítica na América do Sul. Por fim, a quarta seção discorrerá sobre a importância da presença naval brasileira como instrumento de promoção da segurança marítima e do fortalecimento da cooperação regional no Atlântico Sul.

O objetivo geral do trabalho é analisar o papel da MB na estabilidade geopolítica da América do Sul. A partir disso, procurar-se-á responder à seguinte questão: De que maneira a ampliação da plataforma continental brasileira fortalece a importância da MB na geopolítica regional? Como desdobramento, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) examinar a atuação da MB na proteção da soberania nacional e na defesa das áreas marítimas, especialmente após a ampliação

da plataforma continental aprovada pela ONU; b) analisar as implicações dessa expansão marítima na geopolítica da América do Sul; e c) demonstrar a importância da presença naval brasileira na promoção da segurança marítima e no fortalecimento da cooperação regional no Atlântico Sul.

No que diz respeito à natureza da pesquisa, será adotada uma abordagem qualitativa, que, segundo Dias e Silva (2010), permite maior flexibilidade teórica e metodológica. Em relação ao objeto da investigação, será utilizada a pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de fontes teóricas previamente analisadas e publicadas, tanto em materiais impressos quanto digitais. Quanto aos objetivos, optou-se por uma pesquisa descritiva e exploratória, alinhada à proposta de compreender e analisar os principais aspectos relacionados ao tema, e que servirá de base para estudos futuros, conforme Fonseca (2002). A coleta de dados será realizada por meio do levantamento de bibliografia pertinente ao estudo.

2 ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NA PROTEÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL E NA DEFESA DAS ÁREAS MARÍTIMAS, ESPECIALMENTE DA AMAZÔNIA AZUL

Esta seção aborda a natureza da MB como defensora da soberania nacional e das áreas marítimas, com especial atenção à Amazônia Azul. Para tanto, pautar-se-á em autores como Resende e Cardoso (2020), Almeida (2022), Xavier (2024) e Costa (2024); os quais tratam do tema. O ponto fulcral do capítulo será a influência da nova dimensão da Amazônia Azul no entorno estratégico e os desafios da MB na manutenção da soberania brasileira.

2.1 BRASIL, UMA NAÇÃO COM VOCAÇÃO MARÍTIMA

O Brasil possui uma costa com cerca de 7.400 km de extensão (Freitas, 2023). Ele detém uma enorme Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a qual foi ampliada com a aprovação da ONU, em 2025. Este novo cenário impõe desafios à soberania do País e demanda uma presença marítima efetiva, função exercida primordialmente pela MB.

A consolidação da Amazônia Azul como espaço estratégico, seja pela questão econômica, seja quanto à geopolítica, reforça a importância da MB como vetor da

política de defesa nacional, cuja missão tem sido continuamente reconfigurada, a fim de atender às novas demandas do ambiente marítimo.

De acordo com o PEM 2040 (Brasil, 2020a, p. 50-51), a missão da MB é preparar e empregar o poder naval para a defesa do País; garantir a manutenção dos poderes constitucionais; apoiar a política externa; e cumprir, subsidiariamente, as atribuições previstas em lei. No mesmo documento, registra-se que a ideia de um pacifismo unilateral embaraça a identificação de ameaças ao nosso território, pois elas ocorrem de maneiras diversas e constantes.

É mister que o mar e as águas interiores são indispensáveis para o País. Além da questão da pesquisa científica; do turismo; do lazer; das comunicações via Internet entre os continentes; e da atividade econômica em geral, com destaque para a questão energética, não podemos prescindir de que tudo isso está diretamente relacionado com a dinâmica do poder marítimo e da defesa dos nossos interesses.

Conforme o PEM 2040 (Brasil, 2020a, p. 14), a noção de poder marítimo está associada à projeção de poder nacional, como resultado da integração dos recursos marítimos disponíveis à Nação, como fatores de desenvolvimento e economia.

Somado a esse conjunto, surge, no início dos anos 2000, a expressão Amazônia Azul, cunhada pelo Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, como forma de despertar a população brasileira para a importância do território marítimo do País, comparando-o à Amazônia terrestre por seu potencial e necessidade de proteção, conforme Montenegro (2021). O espaço corresponde à soma da ZEE, de 200 milhas náuticas (MN) (370 km) a partir da margem do Brasil; da plataforma continental estendida, que, a partir de março de 2025, aumentou em cerca de 960,000 km²; e dos espaços interiores com águas jurisdicionais, como baías e estuários, passando a ter cerca de 6,8 milhões de km².

O Projeto Amazônia Azul é desenvolvido em quatro eixos principais: • Eixo Econômico: em função dos recursos potenciais da plataforma continental estendida, como rotas de navegação, instalação de linhas de telecomunicações, atividades pesqueiras, exploração e perfuração offshore de petróleo e gás e fundo do mar. • Eixo Ambiental: ligado ao aproveitamento racional dos oceanos, possui um caráter muito específico, pois as correntes oceânicas presentes na área que permite a navegação marítima e as atividades pesqueiras têm potencial para prejudicar o meio marinho. Como resultado, o Brasil está comprometido com o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, bem como com a negociação de acordos de cooperação internacional para a proteção do meio ambiente marinho. • Eixo científico: Os oceanos raramente são estudados e suas pesquisas enfrentam muitas dificuldades. O Brasil promove importantes iniciativas científicas e está altamente comprometido com elas: o Projeto

Antártico, o Programa Piloto de um Sistema Global de Observação do Oceano, LEPLC, o Programa de Pesquisa de Potencialidade Mineral e a Pesquisa de Recifes Oceânicos Sustentáveis. • Eixo da Soberania Nacional: a extensão da jurisdição brasileira traz responsabilidades e oportunidades. Como continuidade do território brasileiro, a plataforma continental ampliada funciona como um espaço de projeção de poder na política global, desde o aumento das relações comerciais internacionais em relação às atividades marítimas até a difusão de ameaças não estatais, como o tráfego internacional e a pirataria. Com resultado, a plataforma continental brasileira eleva-se em termos de prioridade na agenda de segurança nacional, especialmente no que se refere à vigilância e patrulhamento de superfície e de fundo do mar, onde o Brasil pretende exercer plenamente sua soberania (Resende; Cardoso, 2020).

Ao tratarmos da nova dimensão da Amazônia Azul (figura 2), cabe frisarmos que esse espaço é maior que a superfície da Amazônia verde. Nesse sentido, o Brasil precisa reforçar as suas capacidades navais por meio de investimento em tecnologias de sensoriamento remoto, modernização de suas fragatas, construção de navios-patrolha, submarinos e ampliação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), de acordo com Lampert e Costa (s.d.).

O SisGAAz (figura 3), cuja missão é monitorar e controlar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento, a fim de contribuir para a mobilidade estratégica, representada pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, emergência, agressão ou ilegalidade, é composto por um conjunto integrado de equipamentos e sistemas. Dentre esses sistemas, destacam-se o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo (SIMMAP), o Sistema de Informação sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), todos baseados em rastreamento via satélite. Futuramente, o sistema contará com sensores acústicos.

Levada em consideração a importância desse recurso, lançamos olhar sobre o Atlântico Sul, que tem se transformado em um espaço de concorrências informais, com interesses de fora da região. Xavier (2024) ressalta a necessidade de modernização das capacidades navais para que possam agir de maneira dissuasiva e eficiente, visando à proteção dos recursos naturais e dos fundamentos de militarização e colaboração regional.

Convém lembrar que a nossa Força Naval atua em cooperação com diversos países da América do Sul e da costa ocidental da África, ainda, com organizações multilaterais, com o fito de promover a segurança marítima no Atlântico Sul. Essa

colaboração é componente fundamental para assegurar a soberania sem gerar conflitos militares desnecessários. Conforme dados do Relatório de Gestão 2024 da MB, as operações navais evidenciam a amplitude das ações voltadas à defesa nacional. Como exemplos, citamos algumas operações: “Unitas”, “Fraterno”, “BRACOLPER”, “ACRUX”, de abrangência sul-americana; e o “Obangame Express”, no Golfo da Guiné. Essas operações serão tratadas no quarto capítulo com mais detalhes, e são consideradas importantes, pois visam a promover o intercâmbio de conhecimentos e o aperfeiçoamento conjunto de capacidades essenciais no teatro operativo. Essas iniciativas são instrumentos eficazes de dissuasão e cooperação, o que contribui para a estabilidade do Atlântico Sul.

Conforme disposto na END (Brasil, 2024), o fortalecimento da ZOPACAS é essencial para afirmar o Brasil como uma referência regional, ampliando a sua influência na região e reduzindo as chances de interferência militar de potências externas no Atlântico Sul. Essa região é extremamente relevante do ponto de vista geoestratégico, especialmente no que diz respeito à salvaguarda dos recursos naturais que se encontram nas águas, nos leitos e no subsolo marinho sob sua autoridade.

Por meio da ZOPACAS e de acordos bilaterais, o Brasil promove manobras navais, intercâmbio de informações e missões de paz. Além disso, a construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) fortalece a autonomia estratégica brasileira.

2.2 ENTORNO ESTRATÉGICO E SOBERANIA

A noção de entorno estratégico definida na END (Brasil, 2024) compreende as áreas de interesse prioritário para o Brasil, nas quais se busca assegurar estabilidade e cooperação. A MB atua como elemento central nessa estratégia. Além de exercer o poder naval dissuasório, ela promove exercícios conjuntos, realiza patrulhamento constante e colabora com nações próximas no combate aos delitos que cruzam as fronteiras, como tráfico de entorpecentes, pirataria, biopirataria e pesca ilegal.

A MB tem como missão principal a defesa da soberania nacional nos espaços marítimos de interesse. Tomando como base análises de especialistas como Costa (2024), no contexto da geopolítica e da cooperação em defesa no Atlântico Sul, com

recorte temporal de 2000 a 2016, as expressões do Poder Nacional devem estar prontas para assegurar a proteção dos interesses da Nação. Nas palavras desse autor, um exemplo significativo de incorporação de tecnologias e fortalecimento da indústria e produção local é o acordo firmado em 2008 entre o Brasil e a França, representada pela antiga empresa DCNS Group, agora denominada Naval Group. Esse acordo teve como objetivo impulsionar o desenvolvimento do Prosub da MB, além da construção da base naval de Itaguaí.

Costa (2024) assevera que a transferência de tecnologia oriunda do Prosub representa um salto qualitativo para a indústria brasileira de defesa. Essa colocação é pertinente quando se destaca que o acesso e o domínio de tecnologias sensíveis representam um avanço operacional para a MB e um propulsor para a indústria de defesa nacional. Tal fato permite que o País possa desenvolver competências próprias em engenharia naval, irradiando efeitos positivos para a indústria civil.

Ademais, a MB, por intermédio da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico (DGDNTM) e da Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), tem promovido encontros estratégicos com o Grupo Edge, empresa estatal dos Emirados Árabes Unidos reconhecida internacionalmente nas áreas de tecnologia e defesa. Esses encontros reafirmam o compromisso da MB com o progresso da tecnologia e a colaboração entre países no setor de defesa. Além de fortalecer os laços com o Grupo Edge, a parceria está em sintonia com projetos já em desenvolvimento, como o Míssil Antinavio de Superfície (MANSUP), um dos principais marcos da inovação militar no Brasil.

Ressalte-se que o Complexo Naval de Itaguaí (CNI) tem recebido constante aperfeiçoamento. Além da infraestrutura já consolidada, dois submarinos já foram incorporados, e atualmente participam de operações junto à Esquadra. Outros dois submarinos convencionais estão em fase de conclusão, juntamente com o principal objetivo do Prosub: o Submarino com Propulsão Nuclear e Armamento Convencional (Brasil, 2025b).

De acordo com Almeida (2022), a atuação da MB envolve o duplo emprego: tanto em operações militares quanto em ações de segurança pública e proteção ambiental. Esse modelo se torna ainda mais necessário diante do aumento da plataforma continental, exigindo maior capacidade de monitoramento e vigilância de áreas antes não patrulhadas com frequência. Para o autor, “a adaptação organizacional e operacional da Marinha é indispensável frente à complexidade do

ambiente marítimo ampliado” (Almeida, 2022, p. 98), o que impõe desafios significativos à capacidade do País de exercer a sua soberania sobre esses territórios submersos. Essa complexidade se refere, em grande parte, ao aumento exponencial da área a ser monitorada, que abrange agora regiões de difícil acesso, com novas fronteiras energéticas, áreas de biodiversidade e rotas marítimas de crescente interesse estratégico internacional.

Nesse contexto, a adaptação organizacional envolve, por exemplo: reestruturação de comandos operacionais, com a criação ou reposicionamento de esquadras, flotilhas e bases navais mais próximas das novas áreas de interesse; aperfeiçoamento na integração interagências, com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal, Exército Brasileiro (EB), Força Aérea Brasileira (FAB), dentre outros Órgãos, para ações conjuntas em áreas como repressão ao tráfico, monitoramento ambiental e defesa de infraestruturas críticas; e expansão do efetivo humano especializado, com a formação de militares em áreas como geopolítica marítima, guerra eletrônica, operações de fiscalização e patrulha em ambiente de baixa densidade populacional e infraestrutura.

Em relação à adaptação operacional, levantam-se questões como a modernização dos meios navais, incluindo fragatas, submarinos, navios-patrulha oceânicos e aeronaves de vigilância marítima de longo alcance; a ampliação do SisGAAZ, para garantir o monitoramento em tempo real das áreas sob jurisdição brasileira; e a revisão sistemática das doutrinas navais, notadamente, as já citadas neste trabalho, conforme as exigências de cada teatro de operações, onde ameaças convencionais coexistem com crimes transnacionais e a presença de atores extrarregionais.

É fundamental que essa adaptação se dê de forma continuada e flexível, acompanhando não apenas as mudanças técnicas, mas também os desdobramentos políticos e geoeconômicos da inserção do Brasil como potência marítima emergente.

Ressalte-se que a atuação no Atlântico Sul não pode se limitar à presença dissuasória apenas; ela deve incorporar elementos de cooperação regional, como enfatiza Costa (2024), visando ao fortalecimento da liderança brasileira em fóruns multilaterais e iniciativas de segurança no ambiente estratégico.

No que diz respeito à nossa soberania, o Art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a tem como um dos seus fundamentos. A Constituição,

dessa forma, estabelece a autonomia e a independência do País em suas decisões, tanto no plano interno quanto externo. Nesse mister, a soberania configura o poder supremo do Estado, e implica a faculdade de organizar o governo, as instituições e o ordenamento jurídico.

Conforme a END (Brasil, 2024), a capacidade de dissuasão é fator fundamental para a Segurança Nacional, pois o seu propósito é desestimular potenciais agressões contra a soberania do nosso Estado.

Ainda no escopo da soberania, a PND (Brasil, 2024) tem, como um dos seus fundamentos, a Defesa Nacional, sendo esta o conjunto de medidas e ações estatais com vistas à defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas. Nesse contexto, afirma o documento que é imperativo ao Brasil manter a sua capacidade de dissuasão, a fim de garantir a sua soberania. No mesmo texto legal, temos a seguinte afirmação:

O Poder Naval deve dispor de meios capazes de detectar, identificar e neutralizar ações que representem ameaça nas Águas Jurisdicionais Brasileiras — AJB. A intensificação das ocorrências de atos ilícitos no mar demanda a presença estatal nos termos do direito internacional com os quais o Brasil tenha se comprometido. Para tal, o Poder Naval deverá também ser capaz de manter a segurança nas linhas de comunicação marítimas onde houver interesses nacionais (PND — Brasil, 2024, p. 47).

Esse item da PND (Brasil, 2024) destaca a importância estratégica da MB na proteção dos interesses nacionais nas AJB contra ilícitos marítimos. Essa capacidade não apenas assegura a soberania do País, mas também garante a conformidade do Brasil com os compromissos assumidos no âmbito do direito internacional, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar¹ (CNUDM).

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (Brasil, 2020b), a CNUDM estabeleceu relevantes premissas para a regulação dos limites do mar: Mar Territorial (MT), lugar onde o País exerce soberania plena; Zona Contígua (ZC), espaço onde o Estado pode atuar com medidas de fiscalização aduaneira, tributária, de imigração, sanitária, com poder para inibir infrações praticadas no território ou no MT; e ZEE, onde o Brasil tem direitos de soberania no que diz respeito à exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais.

¹ É tida como a “Constituição Marítima”, a qual normatiza a delimitação de fronteiras, regulamentos ambientais, investigação científica, comércio e resolução de conflitos internacionais no escopo do mar.

A soberania fundamenta a existência de um país. Ela representa autoridade para o autogerenciamento, tanto no campo interno quanto no externo. Nesse sentido, o termo não se traduz em simples noção jurídica ou política, mas em uma condição prática e contínua de afirmação da identidade e da autodeterminação do povo brasileiro frente aos desafios globais e regionais.

A globalização tem lançado desafios significativos ao pleno exercício da soberania dos países. O Brasil, como parte signatária de diversos tratados, precisa constantemente equilibrar a sua autonomia com as exigências de cooperação internacional.

Assim, é possível dimensionar o importante papel que a MB desempenha na efetivação da soberania do País, ao atuar como órgão essencial de fiscalização das normas internacionais e de salvaguarda dos recursos marítimos, o que contribui para a segurança nacional e a projeção internacional do Brasil, principalmente na região do Atlântico Sul.

3 A EXPANSÃO MARÍTIMA BRASILEIRA E A PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL

Nesta seção, tratar-se-á sobre a expansão marítima brasileira, hodierna, tendo como base o pensamento de Almeida (2022) e Andrade *et al.* (2023). De forma breve, apresentaremos como o País tem o potencial de se projetar, dentro de uma perspectiva geopolítica, como liderança regional e potência emergente por meio da atuação no Atlântico Sul. Para tanto, pautar-nos-emos em autores como Mahan (2021), Penha (2007) e Castro (2000). Também será apresentada uma síntese crítica em torno do tema capitular.

3.1 EXPANSÃO MARÍTIMA BRASILEIRA

A recente aprovação da ampliação da plataforma continental brasileira pela CLPC da ONU, em março de 2025, evidenciou a importância da presença naval do Brasil, particularmente no Atlântico Sul. Essa decisão garantiu ao País o reconhecimento jurídico internacional para exercer direitos sobre os recursos naturais existentes no leito e no subsolo marinhos além das 200 MN da ZEE.

O processo teve início em 2004, com o envio da proposta brasileira à CLPC, sustentada em levantamentos científicos do programa do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), conduzido pela MB, sob a coordenação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) em parceria com a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), a Petrobrás e a Comunidade Científica Brasileira. Foram mais de três décadas de campanhas hidrográficas e análises geológicas para comprovar a extensão natural da plataforma continental. Vale observar que uma outra proposta de extensão está em análise na CLPC, a da Margem Oriental/Meridional (Elevação do Rio Grande). Caso seja reconhecida, ela acrescentará 1.500.000 km² na PC brasileira.

A Margem Equatorial está localizada entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte e apresenta um elevado potencial de exploração de petróleo e gás natural. Já a Elevação do Rio Grande é uma feição submarina no Atlântico Sul, localizada a cerca de 1.500 km da costa de Rio Grande (RS). Estudos indicam a presença de diversos recursos minerais na região. Antes, em 2019, a CLPC já havia aprovado a extensão da PC da Região Sul, uma área de 170.000 km² entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

A plataforma continental constitui a extensão natural do território sob o mar, onde o País exerce direitos soberanos sobre os recursos naturais. Com a sua expansão, o Brasil passou a controlar cerca de 5,7 milhões de km² de espaços marítimos, que abrigam vastos recursos vivos e não vivos, incluindo, como já mencionado, reservas minerais e pesca, além de concentrar rotas marítimas do comércio internacional. Cerca de 95% do petróleo, 85% do gás e 45% do pescado nacionais são extraídos dessa área. Além da relevância energética, a região é importante pela alta biodiversidade, por ser estratégica para o comércio global e para a defesa nacional.

A MB deve, portanto, aumentar a sua presença e capacidade operativa para garantir o cumprimento da CNUDM. Essa expansão reafirma a necessidade de constante modernização da Força Naval, com foco na projeção e na dissuasão conforme observado por Almeida (2022). Para Andrade *et al.* (2023), a área tem relevância não apenas econômica, mas também estratégica, por se situar em uma região de crescente interesse internacional, o Atlântico Sul, que liga continentes e constitui um corredor vital para o comércio global.

Conforme Resende e Cardoso (2020), há mais de quatro décadas, o Brasil já mantinha presença na Ilha da Trindade, localizada a 540 MN da costa de Vitória, no Espírito Santo. Em 1998, ampliou essa presença ao ocupar o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, um conjunto de 15 pequenas ilhas e formações rochosas situadas no Atlântico equatorial central, a cerca de 500 MN do litoral do Rio Grande do Norte. Essa presença reforça os interesses nacionais em termos de segurança, pesquisa científica e projeção de poder no mar.

No que concerne ao entorno estratégico, trazendo à baila o prescrito no PEM 2040 e na PND, o Atlântico Sul é visto como prioridade pelo nosso governo, atendendo aos seguintes limites geoestratégicos: “ao Norte, o paralelo 16° N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e a Oeste, pela América do Sul” (PEM 2040 — Brasil, 2020a, p. 18). Ressalte-se que o limite ao Norte engloba três abrangentes áreas, quais sejam: o Nordeste brasileiro e o Ocidente africano; o Mar do Caribe; e o litoral nacional no Hemisfério Norte.

O aumento da plataforma representa uma conquista que redefine a posição do Brasil no cenário estratégico global. Ao assegurar a soberania sobre essa vasta área, rica em recursos, o País fortalece a sua capacidade diplomática e reforça a sua imagem como ator relevante na governança dos espaços marítimos.

A expansão marítima brasileira, especialmente no contexto da Amazônia Azul, deve, portanto, ser compreendida como uma resposta estratégica a diversas ameaças contemporâneas que envolvem o domínio do Atlântico Sul. A presença de potências navais estrangeiras na região, bem como a atuação de organizações criminosas transnacionais, torna evidente a importância de um Poder Naval robusto, moderno e com iniciativas de cooperação regional. Nesse diapasão, a expansão marítima brasileira deve ser vista como um imperativo estratégico, o qual articula desenvolvimento, segurança e soberania perante os desafios hodiernos.

3.2 PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA

Falar sobre geopolítica é tratar de poder, e, no decorrer da história, a geopolítica tem se apresentado como um instrumento essencial na compreensão das relações internacionais, das alianças estratégicas e dos conflitos entre as nações. Para Penha (2007), a geopolítica pode ser entendida como uma forma de interpretar o comportamento dos Estados em relação ao território e aos recursos que ele oferece.

Trata-se de uma abordagem que busca decifrar como a localização geográfica, a extensão territorial, as fronteiras, os acessos aos mares e as riquezas naturais influenciam nas decisões políticas e nas estratégias de poder.

Há autores, como O'Loughlin (1994), que atribuem a Rudolf Kjellén a façanha de ser o primeiro teórico a abordar o termo geopolítica, entre 1899 e 1901, cujo sentido estaria ligado, basicamente, ao espaço geográfico. Para Penha (2007), Ratzel merece o reconhecimento por estabelecer os princípios epistemológicos da geopolítica, por meio da premissa “espaço é poder”, mencionada em seu livro *Politische Geographie*, de 1897. Mackinder, por sua vez, propôs a geopolítica pelo viés da geografia física. Para ele, a posição continental e os meios de transporte terrestre são fundamentais para a projeção de poder global. Ele trouxe a ideia de que a região central da Eurásia, o Heartland, seria a chave para o domínio geopolítico mundial.

Para Cohen (2015, p. 59), abordar a geopolítica mundial como um sistema generalizado provê um modelo de análise de relações entre estruturas políticas e seus ambientes geográficos, pois essas interações produzem forças que moldam o sistema, realizam modificações nele, as quais o levam a novos níveis de relação.

Nesse ponto, incorporam-se as ideias do Almirante norte-americano Alfred Mahan, responsável por cunhar o termo “poder marítimo” como fundamental para a projeção de poder dos Estados. Ao contrário das abordagens tradicionais centradas nos territórios e fronteiras, Mahan (2021) viu nos mares a fonte da supremacia política e econômica das Nações. Para o almirante, não era apenas a força militar no mar que importava, mas também o comércio marítimo, bases navais em lugares estratégicos, infraestrutura portuária e a mentalidade de navegação.

Nessa seara, Castro (2000, p. 7) assevera que a “superfície líquida do nosso planeta, na classificação dos fatores geográficos ocupa o 2º lugar após a atmosfera”. Esse dado ganha relevância quando dimensiona a posição do Atlântico Sul e a capacidade de comunicação marítima com os dois polos do nosso hemisfério. Segundo a autora, as teorias de Mahan, Mackinder e Cohen foram capazes de dividir o mundo em três zonas: a marítima; a continental; e a zona do cinturão de ruptura. O Atlântico Sul, por sua vez, banhava dois desses cinturões de ruptura: a África e a América do Sul.

Como corolário do contexto acima enunciado e, no caso específico do Brasil, a geopolítica passa a ter implicações significativas, pois o País, ao se projetar como liderança regional e potência emergente, precisa saber, de forma clara, o seu papel e

as suas potencialidades, no que diz respeito, por exemplo, à Amazônia Azul, o pré-sal e o Atlântico Sul, os quais o trazem oportunidades e desafios.

Xavier (2024) sugere que as Ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade podem contribuir para a segurança e a defesa nacional:

Assim, apresentamos abaixo alguns dados para o início de nossa análise: Distâncias aproximadas, onde a fonte de referência foi a ferramenta de medida de distância do Google Earth. Fernando de Noronha para Trindade: 1.852,27 Km ou 1.000,14 Milhas Náuticas (MN); Fernando de Noronha para Natal (Sede do Comando do Terceiro Distrito Naval): 398,04 Km ou 214,92 MN; Fernando de Noronha para o Arquipélago de São Pedro e de São Paulo: 642,55 Km ou 346,96 MN; Trindade para o Rio de Janeiro (Sede do Comando do Primeiro Distrito Naval e da Esquadra Brasileira): 1.491,73 Km ou 805,47 MN; e Trindade para a área marítima da Elevação do Rio Grande: 1.326,31 Km ou 715,15 MN (Xavier, 2024, p. 137-138).

As Ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade são estratégicas e podem ser apoiadas por bases da Marinha situadas em Natal e no Rio de Janeiro. Dessa forma, as referidas ilhas, além de ampliar as AJB, estão próximas a importantes reservas de recursos minerais.

Para Castro (2000, p. 14), a região do Atlântico Sul favorece o Brasil, na medida em que o coloca em contato com as comunidades do Norte e do Sul, e, ainda, com a Antártica. Regiões como Belém, Natal, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande, somadas às duas ilhas citadas no parágrafo anterior, podem ser utilizadas para operações nas áreas centrais e meridionais do Atlântico, e, dessa forma, reservam a potencialidade de garantir tráfego de cabotagem e rotas oceânicas.

Aqui, tem-se o típico exemplo de oceanos como espaço compartilhado e decisivo para a segurança e a economia das nações, do qual falava Mahan (2021). O domínio naval se torna, assim, central no entorno estratégico, e esse fato merece atenção em tempos de disputas por rotas marítimas, cadeias logísticas globais e controle de bases estratégicas.

3.2.1 Síntese crítica

De acordo com o que foi visto anteriormente, as ideias de Mahan (2021) oferecem valiosos *insights* para a compreensão dos desafios e oportunidades do Brasil no século 21, especialmente no que se refere à projeção de poder e proteção dos interesses marítimos.

Castro (2000, p. 15), em sua obra *Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia*, citando Mahan, aduz que, em suas considerações sobre o Poder Marítimo, o almirante destacou que o valor militar de um posicionamento naval dependia de sua situação, de sua força e de seus recursos. Nesse sentido, conclui a autora ser notória a importância do Brasil no âmbito regional do Atlântico Sul, por causa do seu posicionamento e de sua fisiopolítica, e, notoriamente, por sua extensão territorial.

É nessa toada que o conceito da Amazônia Azul nos demanda uma leitura geopolítica contemporânea, alinhada com o pensamento do almirante norte-americano, pois, para ele, o domínio dos mares representa mais do que uma vantagem estratégica, mas uma condição essencial para o desenvolvimento, a segurança e a projeção internacional de uma nação. Para Mahan (2021), países que detêm litorais extensos, comércio marítimo ativo, marinhas fortes e portos estratégicos estão em vantagem para assumir o protagonismo no cenário global.

Ao se aplicar essa lógica ao Brasil, fica evidente que a sua vasta costa atlântica, somada à sua ZEE, oferece um potencial imenso para a atuação geoestratégica. Contudo, não basta apenas possuir um território marítimo com essas proporções, é preciso ter capacidade para controlá-lo, protegê-lo e, ainda, projetar presença nele.

Castro (2000, p. 16) assevera, ainda, que o Brasil, além de possuir a maior costa em termos de área física, seguido pela Argentina, a Namíbia e Angola, tem, no Estado do Rio de Janeiro, “o ponto mais centralizado da América do Sul”, no que concerne ao tráfego aéreo no setor meridional da região atlântica.

Nesse ponto, é relevante mencionar como a MB também se destaca na região do Sudeste brasileiro. Tem-se a presença do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, subordinado ao Comando do 1º Distrito Naval, com 6 navios-patrulha; e da Esquadra, com uma base naval, uma base aeronaval, duas bases de submarinos, 4 submarinos, 1 navio-aeródromo multipropósito, 3 navios de apoio, 8 navios de combate, 6 esquadrões de helicópteros, 1 esquadrão de aeronaves de asa fixa e 1 esquadrão de aeronaves remotamente pilotadas.

Ao se considerar o pensamento de Mahan, Mackinder e Castro em conjunto, percebe-se que cada autor fornece um ponto de vista específico para a interpretação da posição do País no âmbito da geopolítica. Mahan enfatiza o poder marítimo como fator determinante para projeção internacional. Além do fator da força naval, tem-se como destaque, ainda, o comércio, a infraestrutura portuária e a mentalidade marítima. Mackinder dá relevo ao controle terrestre como eixo do poder global, porém,

reconhece que a interação entre o domínio continental e as rotas oceânicas modelam a capacidade estratégica das nações. Castro ajusta essa visão ao contexto do Atlântico Sul, e mostra como a posição geográfica do Brasil confere vantagens únicas na integração entre continentes.

No caso brasileiro, o diálogo entre essas teorias revela que a expansão da plataforma continental e a consolidação da Amazônia Azul materializam a importância combinada entre mar e territórios. O Brasil, com sua extensa faixa litorânea e acesso direto a rotas vitais do Atlântico Sul, traduz a lógica de Mahan, ao nos possibilitar ações para a manutenção das linhas de comunicação e a prospecção na região, também mantém, no interior do continente, vínculos estratégicos, conforme a visão de Mackinder.

Embora o Brasil não se situe no núcleo definido por Mackinder, sua capacidade de conectar o interior sul-americano ao Atlântico por meio de hidrovias, portos e corredores logísticos o projetam com destaque regional. Tal fato se revela, por exemplo, em operações navais e ribeirinhas, como a “BRACOLPER”, as quais asseguram a ligação do interior continental com as rotas marítimas, o que amplia o alcance estratégico nacional.

No mesmo sentido, o pensamento de Castro complementa o quadro, ao situar o Atlântico Sul como ponte entre continentes e vetor de cooperação regional, com o alinhamento da defesa e do desenvolvimento. Para a autora, as ilhas oceânicas e as áreas costeiras brasileiras funcionam como plataformas avançadas de vigilância e projeção de poder.

Assim sendo, o cenário geopolítico atual exige do Brasil mais do que uma postura defensiva em relação aos seus espaços marítimos. A competição por rotas oceânicas, a exploração de recursos minerais em águas profundas e o recrudescimento das disputas geoestratégicas em todo o mundo dimensionam a importância da atuação da nossa Força Naval na região do Atlântico Sul e, principalmente, na defesa da nossa Amazônia Azul.

Sob esse prisma, a adaptação da MB se torna imperativa. Tal adaptação envolve, entre outros aspectos, o reposicionamento e a criação de estruturas estratégicas mais próximas das novas áreas de interesse, a exemplo da orientação de estudos para viabilizar um complexo naval de uso múltiplo nas proximidades da foz do rio Amazonas, conforme apontado no PEM 2040, que visa ampliar a capacidade de negação do uso do mar, controle de áreas marítimas e projeção de poder na região.

Não podemos olvidar que a missão da Marinha é preparar e empregar o Poder Naval com o objetivo de contribuir para a defesa da Pátria, garantir a soberania nacional e proteger os interesses do Brasil, tanto em tempo de paz quanto em situações de conflito. Seu foco está na defesa dos interesses nacionais no mar e em águas interiores, atuando em harmonia com os anseios da sociedade brasileira.

Associado a isso, destacam-se a expansão e a integração do SisGAAz, com maior interoperabilidade entre MB, EB, FAB e órgãos civis, para garantir o monitoramento em tempo real, combater ilícitos e proteger infraestruturas críticas. Essa modernização deve ser contínua e flexível, acompanhando avanços tecnológicos e mudanças no cenário político-estratégico, a fim de consolidar o Brasil como potência marítima emergente.

Ao reforçar a sua presença no Atlântico Sul e ampliar a sua atuação no litoral norte, o Brasil se projeta regionalmente e assegura condições para proteger os seus interesses estratégicos, alinhando-se tanto ao pensamento de Mahan quanto às diretrizes contemporâneas de defesa e desenvolvimento marítimo.

4 A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA NAVAL BRASILEIRA NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA MARÍTIMA E NO FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL

Nesta seção, abordaremos o conceito de segurança marítima e trataremos do seu papel no que concerne ao fortalecimento da cooperação regional no Atlântico Sul. Pautar-nos-emos em autores como Barbosa Junior (2007), Aguiar (2022), Almeida (2022), Costa (2024), Xavier (2024) e Andrade *et al.* (2023).

4.1 SEGURANÇA MARÍTIMA

A defesa de um país vai além da sua capacidade militar convencional. Ela está diretamente relacionada à formulação de uma estratégia abrangente que garanta a sua soberania, os seus interesses vitais e a sua segurança nacional em diversas dimensões, inclusive a marítima. Com uma costa extensa e uma vasta ZEE, o Brasil tem, no mar, uma de suas principais fronteiras estratégicas. A proteção e o uso sustentável desse espaço são fundamentais para o desenvolvimento do País.

Além do tradicional confronto entre forças navais estatais, o conceito de segurança marítima, ainda em desenvolvimento e sujeito a contínuas revisões teóricas e doutrinárias, passou a ser compreendido de maneira mais ampla e integrada. De acordo com Almeida (2022), essa segurança abrange duas principais dimensões: *safety* e *security*. A primeira dimensão, conhecida como *safety*, trata: da segurança da navegação, com iniciativas para evitar acidentes no ambiente marinho, buscando o tráfego aquaviário seguro; da preservação da vida humana no mar; e do combate à poluição marítima. Já a segunda dimensão, chamada de *security*, refere-se à proteção contra diversas ameaças, como terrorismo, pirataria, roubo armado e tráfico de drogas, entre outras ameaças que comprometam o estado de normalidade da navegação. Ambas as dimensões são complementares e interdependentes, mas garantem a manutenção da boa ordem no ambiente marítimo, tanto no que diz respeito a riscos de origem natural quanto a ameaças internacionais, exigindo uma resposta integrada de ações por parte do Estado.

Acerca dessa questão, no PEM 2040 (Brasil, 2020a, p. 12), está registrado que, na evolução e no alcance do emprego naval, atualmente, o País requer crescente nível de prontidão, a fim de identificar as ameaças existentes ou potenciais à Nação. Também se exige uma mentalidade de defesa apta a atender aos interesses nacionais.

Essas ameaças podem impactar a região do Atlântico Sul, região de grande interesse para o Brasil, por sua posição geográfica e pela presença significativa de recursos naturais. Assim, a manutenção de um ambiente marítimo sem conflitos é essencial para garantir a soberania nacional, assegurar a exploração sustentável da Amazônia Azul e preservar as LCMs, estas fundamentais para o comércio exterior. Como destacam Andrade *et al.* (2023), a atuação da MB na região do Atlântico Sul representa um instrumento de defesa e proteção das riquezas naturais, um fator essencial de estabilidade regional, além da afirmação da presença do Brasil em um espaço marítimo de crescente relevância estratégica e econômica.

A promulgação do Decreto nº 12.481/2025, que instituiu a nova PMN (Brasil, 2025c), marca um avanço na consolidação das diretrizes estratégicas voltadas à segurança marítima nacional. O Decreto atualiza o arcabouço normativo que orienta o uso e a proteção dos espaços marítimos brasileiros, integrando elementos como desenvolvimento sustentável, defesa, proteção ambiental, inovação tecnológica e promoção da mentalidade marítima.

O Decreto consagra, em seus artigos 4º e 5º, princípios e objetivos da PMN que evidenciam uma abordagem multidimensional da segurança do mar, onde reforça a soberania sobre a ZEE e a plataforma continental. Além disso, propõe o fortalecimento de instituições civis e militares, a integração entre sistemas de navegação e de geoinformação, a proteção de infraestruturas críticas, a cooperação internacional para a prevenção de ilícitos e a atuação conjunta entre os diversos níveis de governo para ampliar a capacidade de resposta do Estado frente a crises no ambiente marítimo. Essa ampliação da capacidade de resposta se dará por meio do Sistema Nacional de Mobilização, documento que permite a coordenação de recursos civis e militares em situação de emergência ou ameaça à soberania nacional.

Outro aspecto central ressaltado na PMN (Brasil, 2025c, p. 1) é o destaque para os termos: consciência situacional marítima, definida como a capacidade de compreender fatos relevantes nos ambientes marinho, marítimo e fluviolacustre que sejam relevantes para a segurança marítima, para a economia ou para a proteção do meio ambiente; e economia azul, que diz respeito à exploração responsável e equilibrada dos recursos dos oceanos com base na sustentabilidade, na justiça social e na conservação da biodiversidade. Essa visão demonstra o alinhamento da segurança marítima aos grandes desafios globais da atualidade, como as mudanças climáticas, a degradação ambiental, a crescente competição por recursos e a necessidade de promover a inclusão social.

Nesse contexto, destaca-se, novamente, o papel da MB como força de duplo emprego, ou seja, na atuação da defesa naval e na segurança marítima, permitindo o emprego eficiente dos meios navais em ações de patrulhamento, fiscalização e operações mais complexas. Esse modelo tem se mostrado funcional e adequado à realidade nacional. Segundo Almeida (2022), a opção por manter a segurança marítima sob responsabilidade da própria MB decorre de fatores como a racionalização de recursos, a uniformidade doutrinária e a necessidade de garantir uma resposta integrada, com cooperação interagências, diante de ameaças cada vez mais complexas.

A MB tem investido continuamente em modernização institucional e tecnologia. Um exemplo é a aquisição e atualização de meios navais que possibilitam tanto a defesa naval quanto a segurança marítima. Em complemento, foi criado o Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz), com o propósito

de dar uma resposta rápida a ameaças, utilizando as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.

A mentalidade marítima, por sua vez, aparece como elemento fundamental da segurança nacional, pois diz respeito ao modo como a sociedade brasileira compreende e valoriza o mar como patrimônio e como parte do território nacional. Fortalecer essa mentalidade é essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes do papel do mar no desenvolvimento do País.

A segurança marítima brasileira envolve defesa, meio ambiente, tecnologia, educação, economia e cooperação entre instituições. A contribuição da MB na proteção dos interesses no mar reforça o papel da instituição como um dos principais instrumentos de garantia da soberania nacional.

4.2 COOPERAÇÃO REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL

A importância do Atlântico Sul na estratégia de defesa e desenvolvimento do Brasil é um tema relevante no contexto da geopolítica moderna. A região é um ponto focal para a MB, que tem atuado de maneira ativa na defesa e na projeção do País neste complexo espaço oceânico. A concepção da Amazônia Azul sintetiza a visão estratégica nacional, pois o mar é entendido como patrimônio de grande valor para a Nação. Conforme destaca a PMN (Brasil, 2025c), trata-se de um espaço onde o Brasil deve assegurar a soberania, a segurança e o uso sustentável dos recursos marinhos.

Ao longo da história, o Atlântico Sul sempre teve papel fundamental para o intercâmbio econômico e cultural entre continentes. Atualmente, ele representa uma área vital para a segurança energética, alimentar e ambiental do Brasil. Nesse sentido, é indispensável o fortalecimento da presença naval brasileira na região e a consolidação da cooperação com os Estados costeiros sul-americanos e africanos. Além disso, a estruturação de políticas voltadas para a proteção marítima deve ter caráter prioritário.

Castro (2000), ao discorrer acerca dessa região, lembrou-nos do pronunciamento feito pelo Contra-Almirante Hill Junior, na Escola de Guerra Naval, na década de 1970:

O Brasil domina o Atlântico Sul a tal ponto que se tornam desnecessários outros acordos para obter o direito ao uso de bases nos demais países sul-americanos que permitam o acesso a aeródromos periféricos capazes de

apoiar guerra antissubmarino com aviões baseados em terra... Desde o momento em que um navio mercante parte do Cabo da Boa Esperança [...] estará sempre mais próximo de portos do Brasil do que qualquer outro país sul-americano. (Hill Junior, 1970, *apud* Castro, 2000, p. 14).

A concepção de segurança marítima adotada pelo Brasil contempla, além da parte militar tradicional, o combate aos crimes transnacionais e à degradação ambiental. De acordo com o Almirante Ilques Barbosa Junior (2007), a atuação da MB vai desde o patrulhamento costeiro até missões internacionais, passando pela gestão do SisGAAz e pelo apoio a ações humanitárias e científicas no alto-mar, reforçando seu papel multifuncional.

Nesse contexto, destaca-se o Prosub, apontado pelo Almirante Petrônio Augusto Siqueira de Aguiar como um marco na modernização e dissuasão estratégica da Força Naval. A incorporação de submarinos convencionais e de propulsão nuclear representa um salto qualitativo no Poder Naval brasileiro, viabilizando o controle e a cobertura de grandes áreas oceânicas (Aguiar, 2022). O Prosub é uma verdadeira revolução da indústria nacional, e colocará o País na vanguarda da tecnologia submarina da América do Sul.

Outro elemento de destaque é a atuação do Brasil na ZOPACAS, fórum que expressa o compromisso nacional com o multilateralismo e a estabilidade regional. A liderança brasileira nesse fórum vem sendo acompanhada de propostas para a atualização de seus protocolos, com foco no combate à pesca ilegal, à pirataria e na proteção do ambiente marinho, em alinhamento com os princípios da PMN. A segurança do espaço marítimo é de responsabilidade compartilhada entre os integrantes dessa Zona de Paz, que devem cooperar na proteção das rotas de navegação e na salvaguarda dos recursos estratégicos comuns, dando condições para que as atividades econômicas, como a exportação agrícola, a pesca, a exploração de petróleo e gás e o fluxo internacional de mercadorias, desenvolvam-se de forma estável, beneficiando e fortalecendo a confiança mútua entre os países-membros.

Na cooperação regional, o Brasil tem intensificado a sua participação em exercícios combinados. Entre os exemplos, constantes no Relatório de Gestão 2024 (Brasil, 2025a), estão a Operação “Unitas”, com ampla participação de marinhas sul-americanas; e a Operação “Fraterno”, em parceria com a Armada da Argentina. Além disso, a MB realiza operações fluviais conjuntas, como a Operação “BRACOLPER”,

com as marinhas da Colômbia e do Peru; e a “ACRUX”, com as marinhas da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, considerada a maior Operação Ribeirinha Combinada da América Latina. Essas operações contribuem com o fortalecimento da interoperabilidade e a padronização de procedimentos para o combate ao tráfico, à pirataria e a outros crimes transnacionais, além de funcionarem como instrumento de diplomacia de defesa entre os participantes.

O Brasil participa, também, em exercícios no continente africano, com destaque para as operações “Obangame Express” e “GUINEX”, ambas realizadas no Golfo da Guiné, região de importância estratégica para o comércio internacional, mas com reconhecidos desafios de segurança. Esses exercícios reúnem forças navais de diversos países da África, da Europa, o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos da América, com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional e aumentar a interoperabilidade, para dar respostas integradas a ameaças comuns.

Além da dimensão operacional, há um quadro mais amplo de cooperação técnico-militar entre o Brasil e países da costa ocidental africana. A MB mantém missões de assessoramento naval na Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Essas parcerias envolvem treinamento de militares, intercâmbio de conhecimentos técnicos, assessoria para a estruturação de marinhas e de guarda-costeiras, e apoio em escolas militares brasileiras para a formação de marinheiros e fuzileiros, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das capacidades marítimas desses países.

Quando refletimos sobre a relevância dessas operações, remetemo-nos ao pensamento de Castro (2000, p. 22), que aduz:

A defesa do Atlântico Sul pelo ocidente (inserida na defesa do Atlântico como um todo), na paz ou na guerra, só se nos afigura exequível dentro do quadro de um sistema de alianças militares eficazes, bem concebida e solidamente estruturada.

Ao se analisar as iniciativas descritas acima, percebe-se que a segurança marítima se consolidou como um eixo estratégico para o aprofundamento da cooperação no Atlântico Sul, especialmente diante de ameaças transnacionais que afetam as águas jurisdicionais, além das fluviais na América do Sul. A atuação conjunta entre o Brasil e seus parceiros regionais têm se mostrado de grande importância na preservação de recursos estratégicos, na proteção de infraestruturas

críticas e na garantia da liberdade de navegação. As operações combinadas e os exercícios conjuntos revelam um esforço sistemático para integrar capacidades navais, compartilhar informações, padronizar procedimentos e reforçar a interoperabilidade entre as forças armadas da região.

Já a cooperação brasileira com as nações africanas da costa ocidental, é também um instrumento de diplomacia de defesa e projeção estratégica no Atlântico Sul, fortalecendo a presença brasileira em uma área de intenso tráfego marítimo e de grande relevância para o comércio internacional. Essa parceria amplia a capacidade de resposta a incidentes e contribui para um ambiente marítimo estável e previsível.

Além disso, ao promover atuação coordenada em águas internacionais e interiores, o País projeta o seu compromisso com a segurança coletiva, reforçando o seu papel como liderança regional e agente de estabilidade no contexto geopolítico do Atlântico Sul. Nesse viés, a segurança marítima serve como instrumento de integração regional, que fortalece os laços políticos entre Estados e gera benefícios mútuos em defesa, comércio e preservação ambiental.

No âmbito dos acordos bilaterais e multilaterais, o Brasil mantém parcerias estratégicas com Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia e Paraguai, envolvendo apoio logístico, capacitação de pessoal, intercâmbio de informações e missões de busca e salvamento. O retorno do País à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (Decreto nº 11.475/2023 — Brasil, 2023), corrobora esse compromisso, ao reaproximar o Brasil de mecanismos regionais que promovem a integração em defesa e segurança no continente. A participação do Brasil na UNASUL reforça a agenda regional de segurança na região com base na confiança mútua, no diálogo político e em operações conjuntas, permitindo que a segurança marítima deixa de ser uma prerrogativa estritamente nacional e passe a integrar um esforço estratégico coletivo para o Atlântico Sul.

Por fim, a recente reivindicação brasileira sobre uma ilha submersa rica em minerais estratégicos, noticiada em julho de 2025, reforça a necessidade de intensificar a cooperação regional para garantir a proteção dos recursos do leito marinho e assegurar o respeito ao direito internacional, em um contexto de crescente interesse global pelos bens do Atlântico Sul. Nesse cenário, a cooperação regional se consolida como instrumento de dissuasão e de preservação do protagonismo brasileiro na governança dos espaços marítimos e das hidrovias de interesse estratégico.

Dessa maneira, a ação da MB no Atlântico Sul evidencia a sua importância em relação à defesa dos interesses marítimos e geopolíticos. O mar, antes visto como fronteira distante, é agora percebido como extensão do território nacional e elemento central de sua política externa e de defesa.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o papel estratégico da MB na estabilidade geopolítica da América do Sul, com especial ênfase na região do Atlântico Sul e na ampliação da plataforma continental brasileira, aprovada pela CPLP/ONU, em março de 2025.

Pautado em fontes bibliográficas relevantes, constatou-se que a atuação da MB vai muito além da missão de defesa do País; constitui elemento preponderante para a consolidação da soberania nacional, a proteção dos nossos recursos naturais e a promoção da cooperação regional.

Os objetivos específicos da pesquisa foram atendidos. O primeiro objetivo, de examinar a atuação da MB na proteção da soberania nacional e na defesa das áreas marítimas, foi alcançado ao demonstrar como a MB, por meio de suas operações e da modernização de seus meios, como o SisGAAz e o Prosub, garante a integridade do território marítimo brasileiro, com destaque para a Amazônia Azul e a nova plataforma continental.

O segundo objetivo, de analisar as implicações da expansão marítima para o equilíbrio geopolítico da América do Sul, foi atendido ao evidenciar o papel da MB como fator de dissuasão e elemento central para manter a estabilidade regional, no contexto de um Atlântico Sul de crescente interesse internacional.

Por fim, o terceiro objetivo, de demonstrar a importância da presença naval brasileira na promoção da segurança marítima e no fortalecimento da cooperação regional no Atlântico Sul, foi atingido ao detalhar a atuação da MB em operações combinadas, acordos bilaterais e multilaterais, e sua liderança em fóruns como a ZOPACAS, além de sua contribuição para a segurança das rotas marítimas e combate a ilícitos.

Os objetivos relacionados à nova plataforma continental e à estabilidade regional revelam uma análise estratégica da atuação da MB em duas frentes importantes: uma, que diz respeito à nova dimensão da nossa plataforma continental

e ao papel crucial da Força Naval para a soberania do País e a proteção das riquezas nessa área marítima; outra, no que concerne à estabilidade regional.

Esta pesquisa mostrou que, nesse cenário dinâmico, a MB se destaca como ator estratégico na construção de uma presença soberana, ativa e cooperativa no Atlântico Sul. A visão de futuro da MB, ancorada na modernização constante, reflete esse compromisso e projeta o País como liderança regional.

Os objetivos demonstraram a importância da presença naval brasileira, com o viés geopolítico, no Atlântico Sul, ao atuar de maneira dissuasória e cooperativa. O estudo evidenciou que a expansão da jurisdição marítima brasileira impõe grandes desafios à Força Naval e ao País. A MB demandará investimentos permanentes em equipamentos, pessoal, inteligência e infraestrutura, além da capacidade de articulação institucional.

Nesse contexto, a entrada em vigor da PMN, em junho de 2025, busca consolidar o papel estratégico do Brasil no cenário internacional, ao reconhecer formalmente a Amazônia Azul como parte do território nacional e instituir diretrizes para a segurança, o uso sustentável e o desenvolvimento econômico dos espaços marinhos. A grandeza do espaço reconhecido demanda não apenas vigilância e controle naval, mas também atuação ativa em fóruns multilaterais, a exemplo da ZOPACAS; a modernização de meios e sistemas; e a intensificação da cooperação regional.

A PMN incorpora conceitos fundamentais, como o da mentalidade marítima, que promove a valorização do mar e das águas interiores como vetor de desenvolvimento, inovação e identidade nacional. Ao integrar princípios de defesa, sustentabilidade e cooperação internacional, o documento oferece uma base abrangente para orientar ações civis e militares em prol da segurança, do desenvolvimento e do uso equilibrado das áreas marítimas e marinhas de interesse nacional.

Conforme mostrado no seu Relatório de Gestão 2024, a Força Naval conduziu mais de 294 mil inspeções de embarcações e registrou avanços estratégicos, como o lançamento ao mar da Fragata “Tamandaré”, a entrega do submarino “Humaitá” e o início da construção do casco do submarino nuclear, corroborando a disposição da Força Naval em fortalecer a capacidade de proteção da Amazônia Azul.

Ressalta-se, porém, que, no atual cenário mundial, os conflitos armados mostram que o Estado é compelido a buscar elementos que o mantenham conectado

ao presente e capaz de enfrentar os desafios emergentes. Ações externas à soberania de uma nação, a exemplo da guerra Rússia-Ucrânia, podem enfraquecê-la política e economicamente, afetando, inclusive, a distribuição dos recursos destinados às áreas da defesa do país.

Em relação ao aumento da PC brasileira e às possibilidades futuras de expansão dela, caso o pleito referente à margem Oriental/Meridional seja reconhecido pela CLPC, a MB deverá estar preparada para as implicações decorrentes. Além da orientação de estudo, já previsto no PND, para o fortalecimento da Força Naval na região Norte, será necessário avaliar também uma maior participação na região Sul.

Com base em tudo o que foi exposto, é possível afirmar que as ações futuras da MB devem envolver, além da sua capacidade de poderio bélico e dissuasão, a implementação de políticas públicas integradas e articuladas voltadas para a defesa dos interesses nacionais no Atlântico Sul, em um modelo de desenvolvimento alinhado aos desafios do presente e do futuro. A análise demonstrou que o pensamento geopolítico clássico se mantém atual, ao reforçar a centralidade do mar na projeção de poder.

O Brasil, ao ocupar posição de destaque no Atlântico Sul, assume responsabilidades compatíveis com o seu porte regional e a sua capacidade para se consolidar como potência marítima emergente. A presença dissuasiva, a capacidade de resposta e a atuação conjunta com outros países se firmam como pilares para garantir a segurança das rotas marítimas, combater ilícitos transnacionais e preservar os ativos ambientais e energéticos. Diante desse cenário, torna-se imprescindível reconhecer a MB como um órgão político multifuncional e de estratégia do desenvolvimento nacional.

Por fim, esta pesquisa pode contribuir para o debate em torno do tema (O papel da MB na geopolítica sul-americana: atuação no Atlântico Sul a partir da ampliação da plataforma continental brasileira) ao apontar que o Brasil deve continuar a investir em capacidades navais compatíveis com a nova realidade geopolítica.

A MB permanece guardião do território marítimo, promotora da paz, do desenvolvimento sustentável e da integração continental.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Petronio Augusto Siqueira de. **Entrevista: Soberania pela Ciência**. Rio de Janeiro: Revista do Clube Naval. 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/clubenaval/article/view/3217/3139>. Acesso em 25 jun. 2025.
- ALMEIDA, Carlos W. Leite de. **Segurança marítima no Brasil: duplo emprego da Marinha do Brasil e evolução organizacional**. Revista Marítima Brasileira, 4ºT, Rio de Janeiro: EGN, 2022. p. 84-101. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/issue/view/570>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- ANDRADE, Israel de Oliveira; BEIRÃO, André Panno; HILLEBRAND, Giovanni Roriz Lyra; QUEIROZ, Fábio Albergaria de. **Geopolítica do Atlântico Sul, vigilância e defesa da Amazônia Azul**. Cap. 10. In: PÊGO, Bolivar; NAGAMINE, Líria; KRUGER, Caroline; MOURA, Rosa (Orgs). Fronteiras do Brasil: o litoral em sua dimensão fronteiriça. Vol. 8. Brasília: IPEA, 2023. p. 253-282.
- BARBOSA JÚNIOR, Ilques. **A Importância do Atlântico Sul para a Segurança Nacional e a Integração com Países da América do Sul**. 2007. 77 f. Monografia apresentada como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF: 2020a.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Relatório de Gestão 2024**. Brasília, Marinha do Brasil, 2025a. [Produzido em 2024]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/relatorio-de-gestao-2024.pdf>. Acesso em 5 jul 2025.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Reportagem: Marinha fortalece parcerias estratégicas com empresa árabe de defesa e tecnologia no Complexo Naval de Itaguaí**. PROSUB. 2025b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/prosub/node/389>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Decreto Legislativo nº 61**, de 23 de maio de 2024. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Casa Civil, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2024/decretolegislativo-61-23-maio-2024-795667-publicacaooriginal-171878-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.475**, de 6 de abril de 2023. Promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado pela República Federativa do Brasil, em Brasília, em 23 de maio de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11475.htm. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.481**, de 2 de junho de 2025c. Política Marítima Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Decreto/D12481.htm. Acesso em: 4 jul. 2025.

CASTRO, Therezinha de. **Atlântico Sul**: geopolítica e geoestratégia. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2000.

COHEN, Saul. B. **Geopolitics**: The Geography of International Relations. 3rd. ed. Lanham, Boulder, New York, London: Rowman & Littlefield, 2015.

COSTA, Edwaldo; CORREIA, Joana Martins Ferreira. **Atlântico Sul**: a estratégia naval brasileira de segurança, defesa e comunicação. Revista Marítima Brasileira, 3ºT, Rio de Janeiro: EGN, 2020. p. 182-189. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/4042>. Acesso em: 19 abr. 2025.

COSTA, Murilo Gomes da. **Geopolítica e cooperação em defesa no Atlântico Sul**: um Panorama da Consolidação do Entorno Estratégico do Brasil no Início do Século XXI. 2024. p. 29-53. Disponível em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD167/NeDef167_Murilo%20Gomes%20da%20Costa.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

DIAS, D. S.; SILVA, M. F. S. **Como escrever uma monografia**. São Paulo: Atlas, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Alexandre. **O Brasil é uma nação de frente para o mar**: um novo olhar para os eceanos. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2023. Disponível em: <https://ceemar.ufrj.br/post-blog/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LAMPERT, João Alberto de Araújo; COSTA, Edwaldo. **SisGAaz**: Proteção e Monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul — A importância estratégica e o aprimoramento. s.d.. Disponível em: www.marinha.mil.br/sisgaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras. Acesso em: 10 jun. 2025.

MAHAN, Alfred Thayer. A influência do poder naval sobre a história. In: **Os fundamentos da geopolítica clássica**: Mahan, Mackinder, Spykman / Org. Braz Baracuhy. Brasília, DF: FUNAG, 2021. p. 55-130.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Construtores da geopolítica sul-americana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

MONTENEGRO, Mônica. **Reportagem Especial**: Amazônia Azul - As riquezas naturais sob as águas do Atlântico. 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/amazonia-azul-riquezas-naturais-sob-aguas-do-atlantico>. Acesso em: 10 jun. 2025.

O'LOUGHLIN, John. V. (Ed.). **Dictionary of Geopolitics**. Westport, London: Greenwood Press, 1994.

PENHA, Eli Alves. **Geopolítica das Relações Internacionais**. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Org.). *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

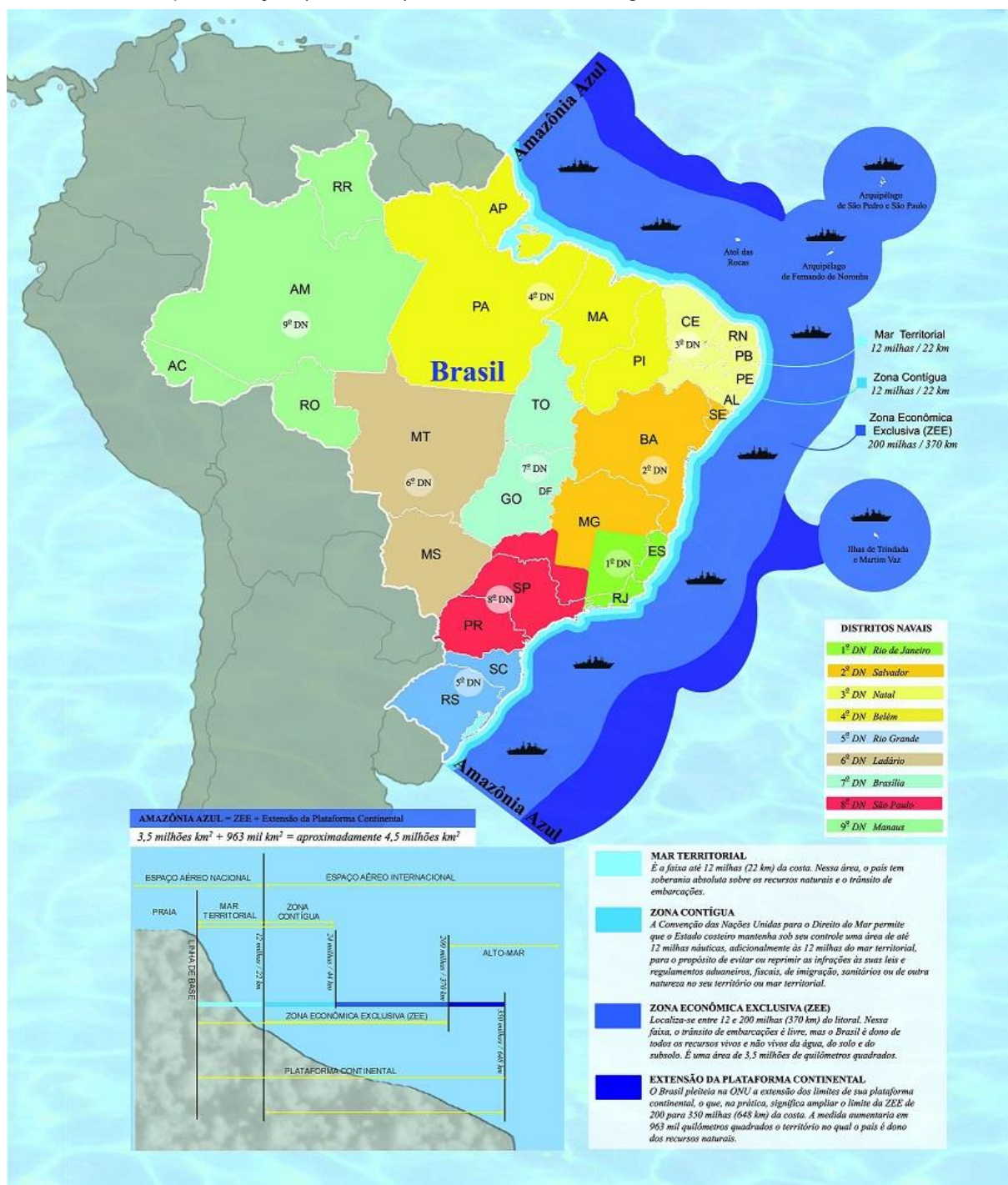
RESENDE, Erica Simone Almeida; CARDOSO, Nayara Tavares. **Amazônia Azul do Brasil**: extensão da soberania, defesa e segurança no Atlântico Sul. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 35, n. 74, p. 138-162, maio/set. 2020. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/1045/925/2130>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ROSA, Carlos Eduardo Valle. **Geopolítica**: uma apreciação histórica. In. FOLMER, Ivania *et al.* (org.). Geopolítica: poder e território. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021. p.53-71. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/610>. Acesso em: 20 abr. 2025.

XAVIER, Alexandre Tito dos Santos. **A força do mar**: estratégias e desafios para o poder naval do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2024. 194 p.

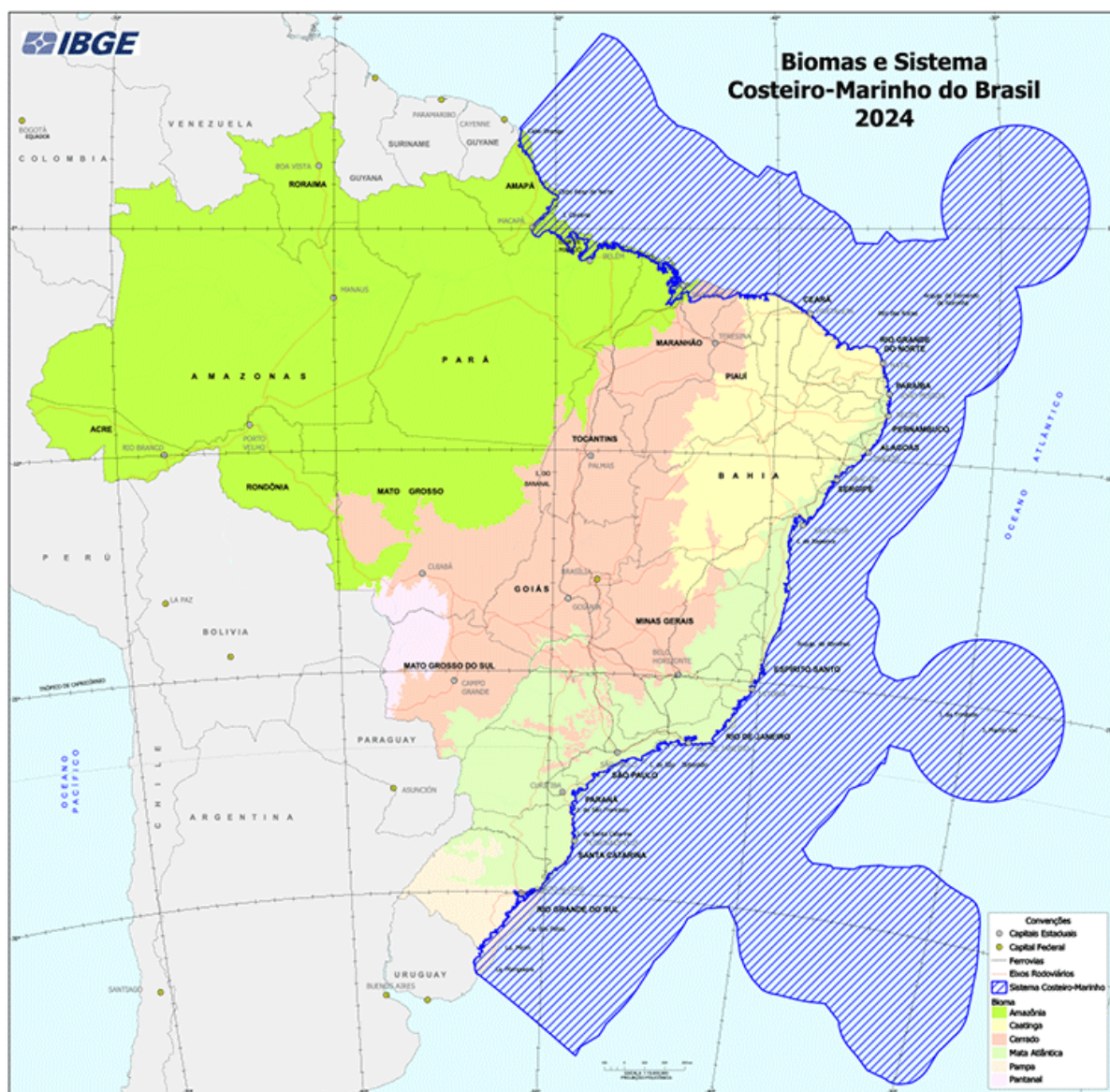
ANEXOS

FIGURA 1 — Representação (ilustrativa) da Amazônia Azul original



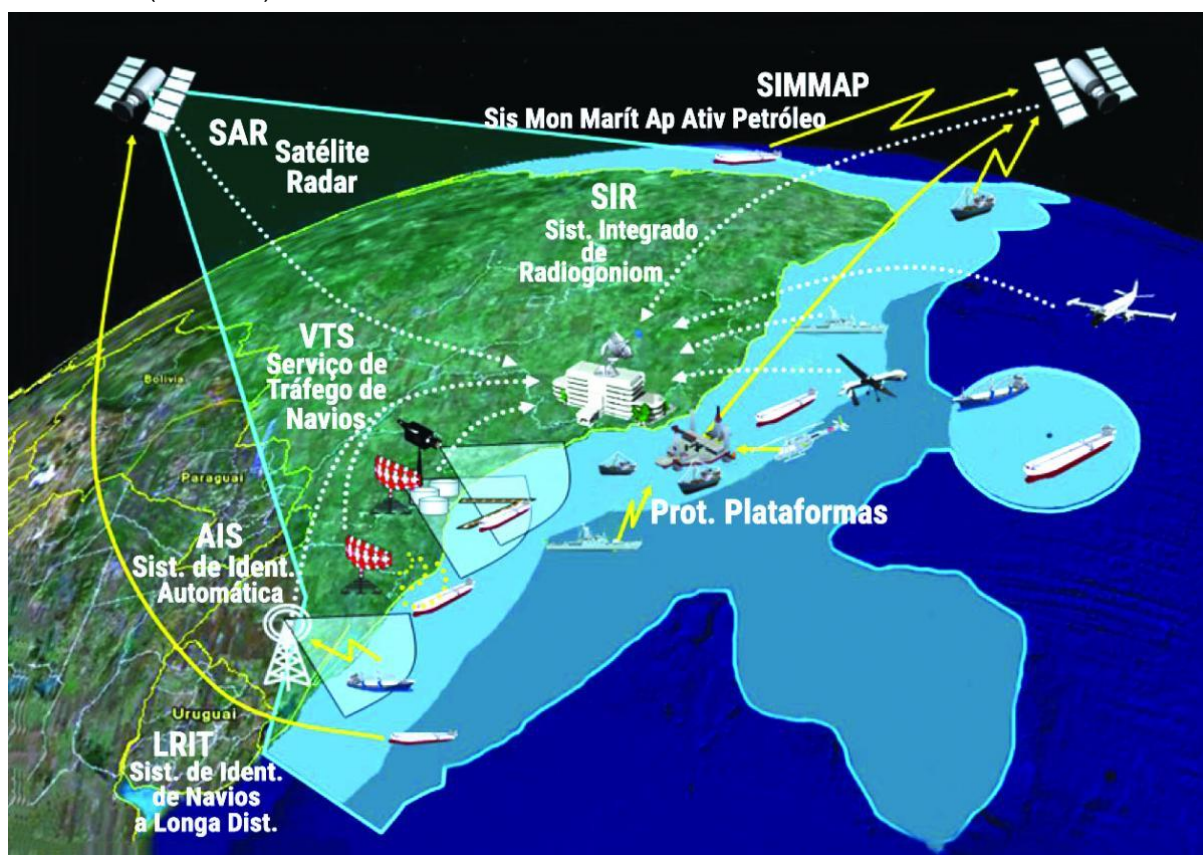
Fonte: Delegacia da Capitania dos Portos em Angra dos Reis (s.d.)

Figura 2 — Representação (ilustrativa) Amazônia Azul atual



Fonte: IBGE (2024)

Figura 3 — Representação gráfica (ilustrativa) do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAaz)



Fonte: Defesa em Foco (2021)